

PLANO DE AÇÃO SOCIAL



[2009 - 2012]

APRESENTAÇÃO

Não é de hoje que a ação social é parte integrante do modo de agir vicentino. Na verdade, ela está conosco desde nossa gênese, quando Vicente de Paulo forjou nosso destino oferecendo-nos como missão a evangelização dos Pobres.

Desde os tempos de São Vicente nos dedicamos à ação social organizada. A palavra “organizada” aqui tem um significado todo especial, isso porque ação social (ou caridade) se faz desde que o mundo é mundo; a organização da caridade porém; é coisa nossa, uma invenção de nosso Fundador.

Ao longo de sua vida, São Vicente empreendeu ou estimulou uma incrível série de ações sociais. Ajudou doentes, crianças abandonadas, encarcerados, famílias em situação de risco social, mendigos, sempre tendo em mente a concepção de que não bastava apenas oferecer àquelas pessoas uma ajuda de caráter emergencial, mas era necessário prepará-las para a aspereza da vida, criando com elas as condições para se inserirem na sociedade como pessoas capazes de reivindicar seus direitos e de cumprir com seus deveres sociais.

Inventivo até o infinito, São Vicente não se contentava em apenas fazer caridade, queria fazê-la bem. Aos Coirmãos dizia que "a perfeição não consiste na multiplicidade das coisas feitas, mas no fato de serem bem feitas".

Quase quatro séculos depois de São Vicente, continuamos seu trabalho, sempre atentos aos sinais dos tempos e às suas novas exigências. Hoje, conforme nossos programas, projetos e serviços de assistência, desenvolvemos trabalhos em várias áreas da ação social. Nossas atividades (como podemos observar na capa deste plano de ação) são bastante diversificadas, vindo desde a geração de renda até à formação de professores, desde a captação de água até à formação na área de informática.

O presente Plano de Ação Social busca promover e estimular entre os Coirmãos o conhecimento e a participação nos projetos que já existem, bem como ajudá-los na elaboração de novos projetos, nunca perdendo de vista nosso carisma e a necessidade de prestarmos conta de nossa ação social. Assim, esperamos que este plano possa tornar-se um instrumento facilitador de nossa prática, oferecendo-nos as ferramentas necessárias para que, a exemplo de São Vicente, passemos do amor afetivo ao amor efetivo, organizados e coesos.

Ir. Adriano Ferreira, C. M.
Rio de Janeiro, 17 de agosto de 2009

1. MARCO SITUACIONAL

Há muito vivemos em um período de crise. Durante os últimos trinta ou quarenta anos, a sociedade ocidental viu desmoronar alguns de seus pilares mais antigos. Neste período, ocorreram várias mudanças em nossa maneira de ver o mundo, e a estas mudanças costumamos chamar de “revoluções”. Assim, tivemos a “revolução sexual” que alterou significativamente o modelo familiar constituído há milênios; a “revolução tecnológica” que, com os avanços provenientes da nanotecnologia, gerou progressos e retrocessos (quase que na mesma proporção) na medicina, na eletrônica, na computação, na engenharia e nas ciências naturais; a “revolução dos meios de comunicação e informação”, que acelerou o processo de globalização a tal ponto que, hoje, por exemplo, uma pequena empresa sul-americana não se arrisca a produzir mais sem consultar o mercado asiático; a “revolução ecológica”, por cuja causa, a partir da percepção de que a exploração desenfreada dos recursos naturais de nosso planeta pode colocar em risco a própria humanidade, se passou a pensar na reorganização do nosso modo de vida, tendo em vista o ideal da sustentabilidade; por fim, várias “revoluções políticas”, e entre elas podemos destacar o fortalecimento de frentes de esquerda na América Latina, onde representantes dessas frentes têm chegado ao poder o têm mantido.

Em meio a todas estas revoluções, um dos pilares de nossa sociedade, organizada sob a égide do neoliberalismo, mantinha-se aparentemente inabalável, o capitalismo financeiro. Porém, com a recente “crise econômica mundial”, toda a constelação de crenças e valores que a sociedade depositava no sistema capitalista neoliberal está em cheque. A própria nação estadunidense, ainda a maior economia do mundo e berço de toda a crise, forçou-se a mudar os rumos de suas políticas econômicas, chegando até a sinalizar um princípio de socialismo ao praticamente estatizar vários de seus bancos, seguradoras, financiadoras, etc.

Esta crise econômica, diferentemente das outras que ocorreram de maneira gradativa e em um período relativamente longo, tem causado impactos imediatos e muito graves em todo o mundo. Mediante a necessidade de cortar gastos, as empresas, com dificuldades para fechar os negócios bilionários de outrora, não demonstram escrúpulos em demitir milhares de funcionários em uma única leva. Por outro lado, a crise serviu para escancarar aquilo que podemos denominar como “opção pelos ricos”, por parte da maioria dos governantes mundiais. Visando a manutenção do seu modo de vida já comprovadamente insustentável, os governantes dos países ricos assolados pela crise não mediram esforços para abrir os cofres em favor dos grandes banqueiros internacionais que, falidos pela crise, foram ajudados com cifras que ultrapassam os trilhões de dólares, enquanto que nações inteiras vivem na mais extrema pobreza há tempos, tendo sempre como resposta a seu pedido de ajuda apenas as migalhas classificadas como “ajuda humanitária” da ONU.

No Brasil, as conseqüências da crise têm-se manifestado principalmente pelo aumento do desemprego. Com ele cresce a demanda

pelos serviços públicos de saúde, educação, transporte e moradia. Estes serviços, por sua vez, encontram-se cada vez mais defasados em relação à demanda. Nem mesmo a implementação da LOAS¹ (1993) e a aprovação da PNAS² (2004), foram capazes de alterar tal situação. Por sua má organização e pela falta de reconhecimento daquilo que é verdadeiramente prioritário, nosso governo não dá conta de atender às necessidades básicas de toda a população carente, conforme rege a lei³. Desatento às estruturas que mantêm a sociedade desigual, o governo insiste em políticas de caráter assistencialista por meio das quais tenta reparar, num curto espaço de tempo, as desigualdades sociais que surgiram e se acentuaram ao longo de vários séculos, naturalmente, pelo método empregado, sem grande sucesso.

Mesmo após todas as revoluções supracitadas (social, tecnológica, ecológica e política), nossa sociedade ainda sofre as conseqüências de sua opção pelo neoliberalismo. O Estado, com seu poder enfraquecido, vive à mercê das grandes corporações que pouco se comprometem com o bem-estar social da população. Para manter o mínimo de serviços de proteção básica em funcionamento, o Estado, sem poder dispor de outros recursos, aumenta excessivamente a carga de impostos, dificultando assim o crescimento da economia.

A PBCM encontra-se inserida nesta realidade, sofre suas conseqüências e, a partir de suas ações, tenta minimizá-las junto às pessoas com quem trabalhamos.

Dos lugares onde atuamos, podemos destacar o *Sertão da Bahia* e o *Vale do Jequitinhonha* que estão entre as regiões mais pobres do Brasil. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios em que trabalhamos nessas regiões, está entre os mais baixos do país, tendo média inferior a 0,6⁴. Um dos principais motivos desse baixo índice está diretamente ligado à baixa escolaridade da população. Outro motivo claro é a falta de consciência política da população, que continua elegendo os mesmos governantes, ainda que não receba deles nem ao menos seus direitos básicos, já desde muito tempo. Esta falta de consciência política está diretamente ligada à falta de lideranças comunitárias que, quando existem, não têm a formação necessária para exercer tal função. A falta de lideranças comunitárias capacitadas para tomarem decisões independentes, somada à ausência de uma educação de qualidade, forma um círculo vicioso de “desconscientização” política que favorece a perpetuação no poder de pequenas oligarquias que trabalham muito mais pela sua própria manutenção do que pelo bem público.

Destacamos também nossa presença junto às periferias das grandes cidades; essas periferias são fruto da migração de pessoas do interior, que, sem perspectivas de melhoria de vida em seus respectivos municípios, vão tentar a vida na cidade grande. Os maiores problemas residem na falta de assistência do poder público, na violência causada pelo tráfico e consumo de

¹ Lei Orgânica de Assistência Social.

² Política Nacional de Assistência Social

³ A LOAS, em seu Art. 1, apresenta a Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado e a define como “política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”.

⁴ A média recomendada pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) é de 0,800; isso numa escala que varia entre 0,0 e 1,0.

drogas, no desemprego e na desarticulação sócio-cultural. São regiões que enfrentam grande mobilidade de pessoas sem raízes locais, vários tipos de carências (materiais, espirituais, educacionais ou de formação), grande desintegração familiar, forte influência do consumismo, etc.

Tudo isto faz desses lugares um espaço propício para nossa ação pastoral e social; são lugares onde podemos pôr em prática nossa capacidade e necessidade de ação social de acordo com aquilo que nos pede nosso carisma vicentino.

2. MARCO DOUTRINAL

A PBCM, a partir de suas raízes e convicções religiosas, explicitadas nas Constituições e Estatutos da Congregação da Missão, bem como em suas Normas Provinciais, privilegia o trabalho junto às pessoas em vulnerabilidade e risco social⁵. Seja no campo apostólico, seja no campo social, nossa atividade sempre foi pautada pelo serviço junto aos mais pobres. Dentro do contexto religioso, esta nossa ação é, na maioria das vezes, chamada de caridade; fora desse contexto, nas relações com o Estado ou com qualquer outro órgão da sociedade, esta nossa atividade é conhecida como filantropia. Em síntese, para a sociedade em geral, somos uma EBAS (Entidade Beneficente de Assistência Social) com atuação nas áreas de educação, meio ambiente e assistência social. As EBAS podem ser definidas da seguinte forma: são instituições de educação ou de assistência social que prestem os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, conforme está definido no Art. 3º da LOAS⁶.

Assim, sendo uma EBAS que detém o título de Utilidade Pública Federal⁷, a PBCM está submetida a uma série de normas estabelecidas pelo Estado para a manutenção de seus títulos e isenções. Tendo em vista o melhor cumprimento dessas normas, procuramos desenvolver nossos

⁵ Por *vulnerabilidade* entende-se uma *condição “desfavorável”*. Condição objetiva de exclusão, que aumenta a probabilidade de um evento ocorrer. O que a caracteriza: processos sociais e situações que produzem fragilidade, discriminação, desvantagem e exclusão social, econômica e cultural. São, em geral, objeto de políticas no nível “macro”. São elas que constituem o contexto da ação da assistência social no sentido da prevenção, proteção básica, promoção e inserção social. São elas: condições de vulnerabilidade próprias do ciclo de vida (predominantemente em crianças, adolescentes, jovens e idosos); condições de desvantagem pessoal, resultante de deficiências. Por *situações de risco*, entende-se a *dimensão subjetiva na qual os indivíduos contrabalançam as condições de vulnerabilidade e as suas possibilidades e capacidades de enfrentá-las*. As capacidades seriam não apenas a soma de capacidades individuais, mas incluem todos os recursos coletivos, como solidariedade e experiências em ações coletivas.

⁶ “Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas que prestarem, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos” (Loas, Art. 3º).

⁷ Títulos da PBCM: Os registros da Entidade dão como data da sua fundação no Brasil 31 de janeiro de 1820, por Carta Régia de D. João VI, tendo seu Estatuto Social primitivo arquivado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas do Rio de Janeiro em 21 de junho de 1956 sob o nº. 4.417 e posteriormente no Livro “A-32”, sob o nº 119.169. Declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 62.100, de 11 de janeiro de 1968; de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº. 2.916, de abril de 1998; e registrada no Conselho Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro – CMAS/RJ sob o nº 0163/07 de 12 de dezembro de 2007; tem como referencial complementar: registro no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, pelo processo nº 230.154/68-60, deferido em 27 de novembro de 1969 e recadastrado pela Resolução CNAS nº 109 de 21 de julho de 1998, publicada no DOU de 24 de julho de 1998, seção I; portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) com última renovação deferida pela Resolução CNAS nº 116, de 19/07/2007, publicada no Diário Oficial da União de 30/07/2007, seção I.

programas de assistência dentro das leis do Estado, voltadas para os diversos públicos que atendemos (LDB, LOAS, etc.). Como principal referencial de nossa ação, temos a Constituição Federal. Desta forma, as ações da PBCM, em consonância com a “Constituição Cidadã”, visam construir uma sociedade livre, justa e solidária, onde a dignidade da pessoa humana seja garantida. Nesta sociedade, o indivíduo pode exercer livremente a sua cidadania, pois é livre e autônomo para ser protagonista da sua história, para fortalecer os seus vínculos familiares e comunitários e para participar da construção de uma nova ordem social.

3. DIAGNÓSTICO – DESAFIOS

Temos percebido, nos últimos anos, uma maior sensibilização dos Coirmãos para a questão social. Várias de nossas Casas já vêm, há algum tempo, desenvolvendo ações sistemáticas de assistência. Atentos à nossa herança vicentina, temos transformado nossa reflexão sobre a realidade em germe de ações possíveis. Nesse sentido, muitos e diversos projetos de assistência têm surgido em nosso meio. Porém, não nos basta apenas desenvolver os trabalhos sociais; é preciso justificar nossa ação junto às instâncias reguladoras do governo, para que consigamos manter os nossos títulos e isenções. Nestes tempos de crise, o governo, com sua insaciável sede de arrecadação, têm criado severas instâncias para regular e fiscalizar as EBAS. Por isto, não podemos mais desenvolver nossa ação social de maneira desregulada, esparsa, sem coerência institucional.

Nossa presença em três regiões brasileiras, sempre próximos a realidades de muita carência, e nossa disposição para o trabalho social fazem de nós uma instituição com uma grande possibilidade de ação dentro do contexto assistencial brasileiro. O que nos falta é transformar todo o nosso “potencial social” em ações que, de fato, ajudem a melhorar a vida das pessoas que necessitam de nossa assistência. E devemos fazer isso, de tal forma que não deixemos de agir dentro de nosso carisma, nem deixemos de prestar contas de nossas ações. Assim, dentro do campo da ação social, são vários os desafios que se apresentam a nós, principalmente no que diz respeito à regulação e à prestação de contas de nossos serviços. Vejamos alguns deles:

Talvez nosso maior e mais importante desafio, enquanto instituição religiosa, ao mesmo tempo inserida na sociedade civil, seja chegar **a uma síntese entre nossas convicções carismáticas e nossas obrigações junto ao ministério público**. Uma boa maneira de fazer esta síntese encontra-se em nossas atividades sociais. Só conseguiremos fazer de nossa ação social algo maior do que o simples auxílio (assistencialismo) àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, se utilizarmos, no trato junto a eles, nossas convicções e planos congregacionais.

Assim, **todos os nossos projetos deverão ter um “rosto vicentino”**; não agiremos pelo simples fato de ter de cumprir metas de investimento social estabelecidas pelo governo, mas pela convicção da importância de nossa ajuda e dos serviços prestados às pessoas que necessitam.

Outro desafio diz respeito à **metodologia de nossa ação social**, que esteve durante muito tempo identificada com atividades assistencialistas. Nossa ação social deve ser organizada de tal forma que nossos projetos visem o atendimento integral da pessoa e da família e também, de acordo com o projeto atual da Congregação, trabalharem para a Mudança de Estruturas.

É muito comum entre nós a vinculação dos projetos às pessoas que os iniciaram. Quando este vínculo torna-se forte demais, é criada uma série de dificuldades que atrapalham a continuidade e o processo de transição dentro de nossos projetos. **É importante que o projeto esteja mais vinculado à obra do que ao Coirmão**, isto é, que seja assumido pela Província, suas casas e coirmãos ao mesmo tempo.

Mais do que nunca, a ação social exige de nós uma técnica muito específica, para a qual temos de nos formar constantemente. Assim, a inclusão de temas relacionados à ação social na agenda de nossa **formação, tanto na inicial como na permanente**, configura-se como um de nossos desafios mais prementes.

Além destes desafios de ordem carismática, ainda somos interpelados por alguns outros de ordem institucional. Nesse sentido, já é tempo de colocarmos em nossas **planilhas financeiras** o quanto pretendemos gastar com a ação social para um maior controle dessas ações e para melhoria da prestação de contas.

A partir da necessidade de prestarmos ao governo contas de nossa ação social, outro desafio a ser vencido é a **necessidade de documentação e de registro das atividades sociais** (projetos, palestras, cursos, atendimentos sistemáticos) realizadas por todas as unidades da PBCM. Ainda dentro deste campo faz-se necessária a **criação de um banco de dados**, com cadastramento dos voluntários e das famílias inscritas e atendidas (atendimento emergencial).

De acordo com a política de setorização das ações sociais prevista pelas leis governamentais, **devemos registrar todas as nossas ações sociais nos municípios onde atuamos**. Isso se dá através da nossa entrada nas respectivas redes socioassistenciais dos municípios.

A estes e a outros desafios, que poderão surgir ao longo do período de duração deste Plano de Ação, tentaremos responder a partir das premissas de nosso “Marco Operacional, conforme veremos a seguir.

4. MARCO OPERACIONAL

Para atender aos objetivos propostos em seu Estatuto Social, a PBCM provê programas, projetos e serviços de proteção social básica e especial para famílias, indivíduos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, contribuindo para a inclusão e a equidade destes, assegurando que as ações no âmbito da assistência social, principalmente, tenham centralidade na família e garantam a convivência familiar e comunitária.

Neste sentido, a PBCM desenvolve 4 (quatro) programas de proteção que se realizam de forma integrada com as políticas públicas setoriais⁸ e onde são consideradas as diferenças socioterritoriais. São eles:

1.1 Programas e Projetos

- ❖ **Programa de Orientação e Apoio Sociofamiliar (PROASF)** cujo objetivo é fortalecer a compreensão dos grupos familiares em relação à sua realidade e ao exercício de seu protagonismo na construção de alternativas para a superação de suas vulnerabilidades.

Projeto	Esperança (Comunidade Chico Mendes – Pavuna – Rio de Janeiro)
Objetivo	Contribuir para melhoria da qualidade de vida das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, de forma humanizada, visando à expansão do indivíduo enquanto transformador social
Destinatários	25 (vinte e cinco) famílias residentes na Comunidade Chico Mendes - Pavuna/RJ
Responsáveis	Departamento de Assistência Social e Colégio São Vicente de Paulo
Início	Agosto de 2007
Encerramento	Dezembro de 2009

Projeto	Monitoria EJA - Educação de Jovens e Adultos
Objetivo	Levar os Alunos do 2º ano do Ensino Médio a conhecer realidades tão próximas e ao mesmo tempo tão distantes para que reflitam sobre o seu crescimento pessoal e seu posicionamento como cidadãos no mundo
Destinatários	Alunos da Educação de Jovens e Adultos
Responsáveis	Serviço de Orientação Educacional CSVP (Psicóloga Maria Eleonora Mateus Caldeira)
Início	Informação no Departamento de Assistência Social (com projeto assinado) 2003
Encerramento	

⁸ Entende-se por “políticas públicas setoriais” aquelas que legislam e atuam diretamente sobre áreas específicas de atuação (educação, meio ambiente, trabalho, etc.) ou sobre grupos específicos da sociedade (crianças e adolescentes, idosos, famílias em situação de risco).

Projeto	Informática São Vicente de Paulo (Petrópolis/RJ)
Objetivo	Oferecer uma alternativa atual, eficiente e atraente de profissionalização e inserção no mercado de trabalho através do domínio de conhecimentos e técnicas na área de informática, associadas a uma visão ética do mundo
Destinatários	Pessoas a partir dos 15 (quinze) anos de idade que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, residentes em Petrópolis/RJ
Responsáveis	Seminário Interprovincial S. Vicente de Paulo e Departamento de Assistência Social
Início	Abril de 2007
Encerramento	Sem previsão (o curso tem período de 6 meses)

Projeto	Jovens em Ação (Carinhanha/BA)
Objetivo	Estimular o protagonismo de crianças/adolescentes/jovens, do município de Carinhanha/BA, nas ações que dizem respeito à família, à comunidade, à escola, ao meio ambiente e à sociedade, de um modo geral
Destinatários	Crianças/adolescentes/jovens do município de Carinhanha/BA
Responsáveis	Missão – Paróquia São José e Departamento de Assistência Social
Início	Julho de 2007
Encerramento	Julho de 2011

Projeto	Liderança e Atitude (Carinhanha/BA)
Objetivo	Facilitar o desenvolvimento de habilidades e competências de lideranças de pastorais e de movimentos para o trabalho como agentes de transformação social
Destinatários	Lideranças de pastorais e de movimentos da Paróquia São José, Carinhanha/BA
Responsáveis	Missão – Paróquia São José e Departamento de Assistência Social
Início	Julho de 2007
Encerramento	Julho de 2011

Projeto	Políticas Públicas (Carinhanha/BA)
Objetivo	Possibilitar a capacitação de lideranças sociais (membros do sindicato, da Igreja, agentes sociais, líderes comunitários, representantes de conselhos de direito, conselho tutelar e da prefeitura) do município de Carinhanha /BA em Políticas Sociais
Destinatários	Lideranças sociais do município de Carinhanha /BA
Responsáveis	Missão-Paróquia São José e Departamento de Assistência Social
Início	Janeiro de 2006
Encerramento	Outubro de 2007
OBS.: este projeto está para ser retomado em tempo oportuno. Foi interrompido por questões políticas no município.	

Projeto	Vida para o assentamento São Lucas (Carinhanha/BA)
Objetivo	Promover ações integradas que beneficiem famílias em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social pelo acesso à água, facilitando a autogeração de renda e evitando o êxodo rural
Destinatários	Famílias do assentamento São Lucas e do assentamento Bonfim, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, do povoado da Barrinha – Carinhanha/BA
Responsáveis	Missão-Paróquia São José e Departamento de Assistência Social

Início	Novembro de 2005
Encerramento	Sem previsão

Projeto	Projeto: Políticas Públicas (Serra do Ramalho)
Objetivo	Possibilitar a capacitação de lideranças sociais (membros do sindicato, da Igreja, agentes sociais, líderes comunitários, representantes de conselhos de direito, conselho tutelar e da prefeitura) do município de Serra do Ramalho /BA em Políticas Sociais
Destinatários	Lideranças sociais do município de Carinhanha /BA
Responsáveis	Missão-Paróquia São José Operário e Departamento de Assistência Social
Início	Janeiro de 2006
Encerramento	Janeiro de 2010

Projeto	Informática São Vicente de Paulo (Serra do Ramalho)
Objetivo	Oferecer uma alternativa atual, eficiente e atraente de profissionalização e inserção no mercado de trabalho através do domínio de conhecimentos e técnicas na área de informática associadas a uma visão ética do mundo
Destinatários	Pessoas a partir dos 15 (quinze) anos de idade que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social residentes em Serra do Ramalho – BA
Responsáveis	Missão-Paróquia São José Operário e Departamento de Assistência Social
Início	Janeiro de 2004
Encerramento	Sem previsão (o curso tem duração de 6 meses)

Projeto	Curso de Formação (Belo Horizonte)
Objetivo	Possibilitar a jovens oriundos de famílias de baixa renda o acesso gratuito à educação formal (ensino superior completo), além de atendimento psicológico, material didático e pedagógico, alimentação, moradia, vestuário, artigos para atendimento das suas necessidades básicas, atendimento médico-hospitalar e cursos de extensão curricular
Destinatários	Jovens em vulnerabilidade e risco pessoal e social
Responsáveis	Instituto São Vicente de Paulo e Seminário Vicentino São Justino de Jacobis e Departamento de Assistência Social
Início	Com orientação do Departamento de Assistência Social – Julho de 2005
Encerramento	Sem previsão

Projeto	Liderança e Atitude (Riacho Fundo II/DF)
Objetivo	Desenvolver lideranças para o trabalho com Pastoral e formação pedagógica de catequistas
Destinatários	Lideranças de pastorais e de movimentos da Paróquia N. Sra. da Medalha Milagrosa – Riacho Fundo II/DF
Responsáveis	Missão-Paróquia N. Sra. da Medalha Milagrosa, Departamento de Assistência Social e Colégio São Vicente de Paulo
Início	Julho de 2006
Encerramento	Outubro de 2009. Proposta para adequação ao perfil da comunidade para 2010

Projeto	Teatro (Riacho Fundo II/DF)
----------------	------------------------------------

Objetivo	Possibilitar a jovens de baixa renda a capacitação em técnicas teatrais
Destinatários	Jovens da Paróquia N. Sra. da Medalha Milagrosa – Riacho Fundo II
Responsáveis	Missão-Paróquia N. Sra. da Medalha Milagrosa, Departamento de Assistência Social e Colégio São Vicente de Paulo
Início	Janeiro de 2007
Encerramento	Sem previsão

PARCERIAS

Projeto	Caixa de abelhas (APM – Associação de Pais e Mestres CSVP)
Objetivo	Proporcionar um meio de subsistência para um grupo de famílias de agricultores através da exploração do mel e derivados
Destinatários	Famílias de agricultores da agrovila 07 – Serra do Ramalho/BA
Responsáveis	APM – Associação de Pais e Mestre do CSVP e Colégio São Vicente de Paulo
Início	Julho de 2006
Encerramento	Julho de 2009

Projeto	Solidariedade (Grupo Solidariedade de BH)
Objetivo	Propiciar a pessoas que vivem e convivem com HIV/AIDS o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários
Destinatários	Pessoas que vivem e convivem com HIV/AIDS
Responsáveis	Grupo Solidariedade (Belo Horizonte) e PBCM
Início	Com orientação do Departamento de Assistência Social – Julho de 2005
Encerramento	Sem previsão

Projeto	Cantinho da Paz (Assoc. da Pastoral da Mulher Marginalizada / BH)
Objetivo	Manter os espaços da organização (espaço de acolhida, de troca de informação e de formação entre os agentes e as mulheres) e a realização de atividades dirigidas à promoção humana da mulher em situação de prostituição
Destinatários	Mulheres em situação de prostituição que realizem suas atividades nas Praças Rio Branco e Lagoinha, bem como no seu entorno
Responsáveis	Associação da Pastoral da Mulher Marginalizada (Belo Horizonte) e PBCM
Início	Janeiro de 2007
Encerramento	Sem previsão

Projeto	Casa do Coração Misericordioso de Jesus (Assoc. Oficina de Jesus – Petrópolis/RJ)
Objetivo	Ceder um imóvel, através de comodato, pela PBCM, para a acolhida de pessoas que se encontram em situação de rua e sejam dependentes de substâncias psicoativas – “porta de entrada”
Destinatários	Pessoas que se encontram em situação de rua e sejam dependentes de substâncias psicoativas
Responsáveis	Seminário Inter-Provincial S. Vicente de Paulo e PBCM
Início	Janeiro de 2007
Encerramento	Sem previsão

Projeto	Casa São Francisco de Assis (Casa São Francisco de Assis – Abrigo dos Desamparados – Vilar dos Teles/São João de Meriti-
----------------	---

	RJ)
Objetivo	Proteger e amparar idosos carentes, auxiliando-os em suas necessidades básicas
Destinatários	Idosos em vulnerabilidade e risco pessoal e social
Responsáveis	Casa São Francisco de Assis e PBCM
Início	Com orientação do Departamento de Assistência Social – julho de 2005
Encerramento	Sem previsão

Projeto	Central de Abastecimento (Conselho Metropolitano do Rio de Janeiro)
Objetivo	Uniformizar a distribuição e a qualidade dos gêneros alimentícios que compõem as bolsas de alimentos distribuídas para algumas conferências
Destinatários	Famílias em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social residentes no Estado do Rio de Janeiro
Responsáveis	Conselho Metropolitano do Rio de Janeiro e PBCM
Início	Com orientação do Departamento de Assistência Social – julho de 2005
Encerramento	Sem previsão

Projeto	Centro de Inclusão Digital (Fundação Bradesco / Universidade Católica de Brasília)
Objetivo	Proporcionar acesso às tecnologias digitais como computador e à internet a comunidades carentes; promover a cultura e a prática de utilização dos recursos tecnológicos, de modo que alunos, educadores, colaboradores, pais e a comunidade possam tornar-se agentes ativos da transformação social e dar autonomia para a comunidade assumir a formação técnica de cidadãos, com o uso da tecnologia, aproveitando seu próprio espaço
Destinatários	Moradores de baixa renda residentes em Riacho Fundo II / DF
Responsáveis	Missão – Paróquia N. Sra. da Medalha Milagrosa, PBCM, Fundação Bradesco e Universidade Católica de Brasília
Início	Julho de 2007
Encerramento	Sem previsão

- ❖ O **Programa de Orientação e Apoio Socioeducativo (PROASE)** visa a proteção, a socialização, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, o incentivo ao protagonismo juvenil, além de sensibilizar para a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Projeto	Bolsa de Estudo (Ensino regular e EJA)
Objetivo	Conceder bolsas integrais a alunos da Educação de Jovens e Adultos e bolsas parciais e integrais a alunos do Ensino Regular (Fundamental e Médio)
Destinatários	Alunos em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social da Educação de Jovens e Adultos e do Ensino Regular, do CSVP
Responsáveis	Departamento de Assistência Social
Início	Janeiro de 2006 (com o acompanhamento do Departamento de Assistência Social)
Encerramento	Sem previsão

Projeto	Projeto Creche Cristo Redentor
Objetivo	Sensibilizar os Alunos do ensino fundamental I para troca de vivência com crianças de realidades tão próximas e ao mesmo tempo tão distantes das suas
Destinatários	Crianças de 2 a 5 anos que estão matriculadas na Creche Cristo Redentor e Alunos do CSVP do 2º ao 5º ano do Ens. Fund. I
Responsáveis	Colégio São Vicente de Paulo
Início	Março de 2008
Encerramento	Sem previsão

Projeto	CPF – Pedagógico (Serra do Ramalho/BA)
Objetivo	Proporcionar intercâmbio de saberes e vivências, promovendo reflexão crítica sobre questões sociais, objetivando a (re)construção de valores sociais, profissionais e éticos, que incentivem a cooperação, a democracia, o respeito e a tolerância. Promover reflexão sobre uma educação que oportunize formar cidadãos capazes de analisar, compreender e intervir na realidade, visando o bem-estar do ser humano, no plano pessoal e coletivo, concorrendo para a criatividade, o espírito crítico, a capacidade para análise e síntese, o autoconhecimento, a socialização, a autonomia e a responsabilidade. Subsidiar a Secretaria Municipal de Educação de modo que esta possa criar condições de oferecer às suas escolas instrumentos que atinjam os objetivos propostos pela LDB e PCNs, ao mesmo tempo que permita a redução dos índices de analfabetismo, evasão/exclusão e repetência escolar no município atendido
Destinatários	Secretaria Municipal de Educação, Diretores, Equipes Técnica e Pedagógica e Professores da Rede Municipal de Ensino do município de Serra do Ramalho – Estado da Bahia.
Responsáveis	Missão-Paróquia São José Operário, Departamento de Assistência Social, Colégio São Vicente de Paulo e Secretaria Municipal de Educação de Serra do Ramalho
Início	Janeiro de 2006
Encerramento	Julho de 2010

Projeto	CPF – Pedagógico (Francisco Badaró e Jenipapo de Minas/MG)
Objetivo	Proporcionar intercâmbio de saberes e vivências, promovendo reflexão crítica sobre questões sociais, objetivando a (re)construção de valores sociais, profissionais e éticos, que incentivem a cooperação, a democracia, o respeito e a tolerância. Promover reflexão sobre uma educação que oportunize formar cidadãos capazes de analisar, compreender e intervir na realidade, visando o bem-estar do ser humano, no plano pessoal e coletivo, concorrendo para a criatividade, o espírito crítico, a capacidade para análise e síntese, o autoconhecimento, a socialização, a autonomia e a responsabilidade. Subsidiar a Secretaria Municipal de Educação de modo que esta possa criar condições de oferecer às suas escolas instrumentos que atinjam os objetivos propostos pela LDB e PCNs, ao mesmo tempo que permita a redução dos índices de analfabetismo, evasão/exclusão e repetência escolar nos municípios atendidos
Destinatários	Secretarias Municipais de Educação, Diretores, Equipes Técnica e Pedagógica e Professores das Redes Municipais de Ensino dos municípios de Francisco Badaró e de Jenipapo de Minas – Estado de Minas Gerais
Responsáveis	Missão-Paróquia N. Sra. da Conceição e São Sebastião, Departamento de Assistência Social, Colégio São Vicente de Paulo e Secretarias Municipais de Educação de Francisco Badaró e de

	Jenipapo de Minas – Estado de Minas Gerais
Início	Julho de 2008
Encerramento	Julho de 2011

- ❖ O **Programa de Orientação e Apoio Socioambiental (PROASA)** objetiva sensibilizar para as ações e práticas educativas relacionadas com as questões ambientais, bem como estimular a participação na defesa da qualidade do meio ambiente e no desenvolvimento de projetos de geração de renda que atendam aos princípios e às exigências da sustentabilidade.

Projeto	Sala Verde
Objetivo	Consolidar a Educação Ambiental a partir da implantação do PROJETO SALA VERDE, visando ao aprimoramento e à expansão do Centro de Visitantes do Caraça com os recursos pedagógicos, humanos, de informação e divulgação
Destinatários	Escolas públicas (municipais e intermunicipais); organizações sociais (municipais e intermunicipais); professores (escola pública ou particular); pesquisadores; escolas particulares (visitantes e hóspedes).
Responsáveis	Santuário do Caraça e coordenadora ambiental Aline Cristine Lopes de Abreu
Início	1º semestre de 2007
Encerramento	Sem previsão

- ❖ O **Programa de Orientação e Apoio Sociocultural (PROASC)** visa fomentar a participação de todos os indivíduos e grupos para apoiarem, valorizarem e difundirem o conjunto das manifestações culturais brasileiras e seus respectivos criadores, assim como para promover e estimular a regionalização da produção cultural e artística, além de contribuir para facilitar a todas as pessoas os meios para o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais através da preservação dos bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico dos locais onde atuamos, incluindo aí os bens pertencentes à PBCM.

Projeto	AMAS - Associação de Mulheres Artesãs Serramalhenses (Serra do Ramalho)
Objetivo	Facilitar o desenvolvimento de habilidades empreendedoras de mulheres/mães com vistas à formação de uma associação
Destinatários	Mulheres/mães, de baixa renda, residentes no município de Serra do Ramalho – BA
Responsáveis	Missão – Paróquia São José Operário e Departamento de Assistência Social
Início	Janeiro de 2006
Encerramento	Julho de 2008

OBS.: o projeto terminou por causa da desarticulação do grupo

Projeto	Mar de Dentro (Serra do Ramalho)
Objetivo	Contribuir para a realização de um censo cultural, do Festival de Cultura e a criação de um Centro Cultural, que possibilitará o acesso a variados meios de informação e formação, tais como: biblioteca, laboratório de informática, sala de exposições, sala para a realização de oficinas e arte e artesanato. Resgate da memória social, histórica e cultural do município
Destinatários	Moradores do município de Serra do Ramalho/BA
Responsáveis	Missão-Paróquia São José Operário e Departamento de Assistência Social e Colégio São Vicente de Paulo
Início	Julho de 2006
Encerramento	janeiro de 2010

1.2 PRINCÍPIOS

Com o intuito de que nossa atuação seja coerente não apenas com as exigências legais, mas também com os valores cristãos e com o carisma vicentino, formulamos alguns princípios para nortear nossa ação no campo social.

1. Que a população, pessoas, famílias ou grupos (aos quais se destina o Plano de Ação Social da PBCM) sejam entendidos como sujeitos não apenas de necessidades, mas também como sujeitos de possibilidades e capacidades que devem ser desenvolvidas.
2. Que as situações individuais, familiares ou de grupo, bem compreendidas em sua inter-relação com as circunstâncias e o contexto local imediato nas quais se encontram inseridas, sejam entendidas como parte de uma situação social coletiva e macroestrutural.
3. Que a atuação dos agentes deste Plano de Ação Social ultrapasse a prática assistencialista do “fazer para” ou de mera financiadora, privilegiando a práxis da identificação das forças (de resistência, de impulso e de transformação social) e dos recursos (humanos, materiais, etc.) existentes e disponíveis que muitas vezes são desconhecidos.
4. Que em nossos espaços de atuação social tenha-se a preocupação com a participação ativa dos usuários.
5. Que toda nossa ação leve a atender demandas do local, mediante a participação dos usuários, em todas as suas manifestações ou setores e a desenvolver capacidades para maior autonomia dos mesmos.
6. Que os programas, projetos e atividades sejam articuladas com as demais políticas setoriais do campo social, que garantam a sustentabilidade das ações desenvolvidas (garantia de direitos e de condições dignas de vida) e o protagonismo das famílias e dos usuários, a fim de superar as condições de vulnerabilidade e prevenir as situações que indicam risco potencial.
7. Que as virtudes do missionário vicentino (simplicidade, humildade, mansidão, mortificação e zelo) sejam cultivadas e desenvolvidas como valores pessoais e comunitários e como orientação metodológica na realização dos programas e projetos e das atividades.

5. ORIENTAÇÕES PRÁTICAS

1. Toda promoção de assistência social desenvolvida pelos Coirmãos, Comunidades Locais e pela Direção Provincial devem estar em consonância com o Plano de Ação Social da PBCM, a partir de Projetos, que por sua vez deverão estar inseridos dentro dos Programas.
 - a. Um **Plano** é a soma de programas que buscam o mesmo objetivo. O plano ordena os objetivos gerais e alguns específicos. Esses objetivos específicos, em seguida, serão retomados como objetivos gerais dos programas. O plano Determina o modelo de alocação de recursos resultante da decisão política e dispõe, ainda, de ações programadas em uma sequência de acordo com a racionalidade técnica das mesmas e as prioridades de atendimento. No plano são incluídos os meios estruturais e administrativos assim como as formas de negociação, coordenação e direção. Sua vigência pode variar entre um e vinte anos.
 - b. **Programa** é um conjunto de projetos que buscam os mesmos objetivos. O programa estabelece prioridades de intervenção, identifica os projetos, define o âmbito institucional e destina os recursos. O tempo de vigência do programa, em geral, é de um a cinco anos podendo ser ampliado conforme o desenvolvimento do trabalho.
 - c. O **Projeto**, “é um empreendimento planejado que consiste num conjunto de atividades inter-relacionadas e coordenadas para alcançar objetivos específicos dentro dos limites de um orçamento e de um período de tempo dados” (ONU, 1984)⁹. É “a unidade mais operativa dentro do processo de planejamento e constitui o elo final de tal processo. Está orientado à produção de determinados bens ou a prestar serviços específicos” (Pichardo, 1985, 22)¹⁰. O período de implementação de um projeto varia entre um período de um a três anos, mas este prazo pode estender-se caso o projeto não tenha alcançado os objetivos, ou seja, parte de um programa.
2. As atividades emergenciais quando desenvolvidas devem ser exceções.
3. Insistimos que toda promoção de assistência social na Província Brasileira da Congregação da Missão seja feita a partir de Projetos.
 - a. Os Projetos Sociais na PBCM devem ser elaborados segundo as estratégias apresentadas pela Família Vicentina visando a **Mudança das Estruturas**. Devem ser **ações inovadoras** que, estabelecidas e desenvolvidas com o protagonismo dos próprios usuários, levem à transformação radical das estruturas vigentes procurando gerar

⁹ COHEN, Ernesto e FRANCO, Rolando. *Avaliação de Projetos Sociais* - 6ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 85

¹⁰ Idem

- condições de mais e melhor vida, em todas as dimensões (econômica, política, social, educacional, habitacional, espiritual, ambiental, etc.) para todos.
- b. Os Projetos têm **começo, meio e fim**, um tempo determinado para acontecer. Diferenciam-se, portanto, de ações contínuas no tempo, como os serviços, programas e políticas, que possuem tempo mais longo ou indeterminado.
 - c. Um Projeto tem definido claramente os objetivos (**onde quer chegar**), as atividades e os recursos (**como vai chegar**).
 - d. Um projeto articula, relaciona e organiza de uma **forma lógica** os recursos, atividades e objetivos no tempo e no espaço.
 - e. **UTILIZAR O MODELO DE PROJETO ADOTADO PELA PBCM.** Para auxiliar e padronizar a elaboração, realização e avaliação de Projetos, a Equipe Provincial disponibiliza um formulário/roteiro aos interessados na apresentação de Projetos a serem desenvolvidos pela PBCM e/ou em parceria com a PBCM.
 - f. Os Projetos Sociais podem e devem contribuir para o enfrentamento dos problemas sociais, porém não conseguem solucioná-los por si sós. Para que os problemas sociais tenham solução efetiva, é necessário muito mais do que bons projetos: precisa-se que as ações e os seus efeitos localizados e focados se ampliem e se disseminem na sociedade, seja através da inspiração de outras iniciativas na própria sociedade civil, seja através de Políticas Públicas.
4. A PBCM desenvolve **diretamente ou através de parceiras** (convênios) Projetos em conformidade com o seu Plano de Ação Social.
- a. As instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos **“não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título”** (Lei 5.172 de 25/10/1966; Lei Complementar nº104 de 10/1/2001 – Código Tributário Nacional, art. 14, inciso I).
 - b. Quando a aplicação dos benefícios for realizada em outra entidade com CNPJ diferente, deverão estabelecer entre si convênio de parceria, conforme orientação das Resoluções nº 188, de 20/10/2005 e nº 49, de 15/3/2007 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).
5. Atenção à Lei do Serviço Voluntário (Lei nº 9.608, de 18/2/1998). Não se esquecer que o voluntário para participar de qualquer Projeto Social na PBCM deve assinar o “Termo de Adesão ao Serviço Voluntário”.
6. Documentação a ser providenciada pelas Casas da PBCM:
- a. **Ficha de Análise Socioeconômica**
O preenchimento desta Ficha e a entrevista com a assistente social da PBCM ou o responsável pelo Projeto são condições necessárias para a aprovação do interessado em participar de algum dos Projetos da PBCM.
 - b. **Três Livros são necessários:**
 1. Livro de Inscrição e Desligamento de Famílias
 2. Livro de Cursos de Qualificação Profissional

3. Livro de Assessoramento, Formação e Capacitação de Lideranças.

c. Relatório de Atendimento Emergencial

O Atendimento Emergencial, quando não puder ser evitado, deverá ter prestação de contas, mensal, através do Relatório de Atendimento Emergencial.

7. Orçamentos e prestação de contas

- a. Os Orçamentos e as Prestações de Contas deverão ser feitos de maneira separada por Projetos. Esta não é apenas uma exigência apenas oficial, mas é sobretudo gerencial, pois permite acompanhar e avaliar os resultados dos investimentos feitos.
- b. Para que a contabilidade possa separar os custos de cada Projeto, é preciso que os documentos correspondentes sejam identificados. Cada documento receberá o nome do Projeto podendo ser usado, por exemplo, um carimbo com a identificação.
- c. Tudo que se gastar no Projeto deverá ser considerado, não apenas os valores pagos através de notas fiscais e recibos, mas, também, outros gastos diretos. Por exemplo: um funcionário contratado para prestar serviços, única e exclusivamente em determinado Projeto; gastos com energia elétrica, água, telefone, material de limpeza, alimentação, conservação, etc. gastos única e exclusivamente em determinado Projeto.
- d. Custos indiretos, isto é, aqueles cujos valores foram investidos em benefício de diversos Projetos são mais difíceis de serem contabilizados. Essa divisão deve ser criteriosa para não prejudicar alguns e favorecer outros. É preciso muita atenção e critério para estabelecer que valor foi realmente gasto em favor de cada um dos projetos. Por exemplo: em um salão onde funcionam vários Projetos com dias e horários diferenciados quanto consumiu do valor total de energia elétrica, material de limpeza, água, etc.?
- e. Quando o Projeto receber valores através de convênios e subvenções quer públicos quer privados, deve receber controle especial em virtude da futura prestação de contas, mesmo quando determinada entidade não exigir a prestação de contas do que foi realizado com a verba recebida.
- f. Todo pagamento deverá ser feito somente com a apresentação, no ato, do documento correspondente. A experiência mostra que conseguir esta documentação posteriormente tem sido muito difícil, demorada, quando não se torna impossível.
- g. Além da Prestação de Contas através de documentos fiscais válidos, é necessário Relatório das atividades, discriminando com diversos detalhes o trabalho desenvolvido, o seu valor e denominação, correspondentes aos constantes no balanço.
- h. Quando o Projeto possui um mesmo objetivo e destinatário, a denominação será idêntica em todas as filiais da PBCM que praticarem o mesmo benefício.